UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA

Campus: Belo Horizonte

WEBERTON RIBEIRO DAS NEVES (600937428)

VANESSA SOARES BROWN (600915346)

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO DOMICILIAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NEURODIVERGENTES E O SUPORTE PSICOLÓGICO ÀS FAMÍLIAS

Belo Horizonte

Março 2026

WEBERTON RIBEIRO DAS NEVES (600937428)

VANESSA SOARES BROWN (600915346)

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO DOMICILIAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NEURODIVERGENTES E O SUPORTE PSICOLÓGICO ÀS FAMÍLIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), no estado de Minas Gerais, como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Professora Carla Oliveira Cruz Ribeiro

Belo Horizonte

Março 2026

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Área de conhecimento: Psicologia

Linha de pesquisa: Saúde mental, desenvolvimento humano e intervenção psicológica

1.1 TÍTULO

Acompanhamento terapêutico domiciliar e suas contribuições para o desenvolvimento de pessoas neurodivergentes e o suporte psicológico às famílias.

1.2 AUTORES

Weberton Ribeiro das Neves

Vanessa Soares Brown

---

2 RESUMO

O presente estudo analisa, à luz da literatura científica contemporânea, as contribuições do acompanhamento terapêutico domiciliar no desenvolvimento de pessoas neurodivergentes e no suporte psicológico às suas famílias. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de revisão bibliográfica em bases de dados nacionais e internacionais, como SciELO, PubMed e Google Acadêmico. A análise fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos da psicologia do desenvolvimento, da saúde mental e das práticas clínicas territoriais. Os resultados evidenciam que o acompanhamento terapêutico domiciliar favorece intervenções contextualizadas, promove o desenvolvimento de habilidades

sociais e comportamentais, amplia a autonomia do indivíduo e contribui significativamente para a redução do estresse parental. Destaca-se, ainda, o papel dessa modalidade como dispositivo clínico ampliado, capaz de articular cuidado, território e vínculos familiares. Conclui-se que o acompanhamento terapêutico domiciliar se configura como uma estratégia eficaz, humanizada e alinhada às diretrizes contemporâneas da saúde mental.

Palavras-chave: Neurodivergência; acompanhamento terapêutico; família; saúde mental.

ABSTRACT

This study analyzes, based on contemporary scientific literature, the contributions of home-based therapeutic accompaniment to the development of neurodivergent individuals and psychological support for their families. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study conducted through a bibliographic review in national and international databases such as SciELO, PubMed, and Google Scholar. The analysis is grounded in classical and contemporary authors in developmental psychology, mental health, and territorial clinical practices. The findings indicate that home-based therapeutic accompaniment promotes contextualized interventions, enhances autonomy, improves social and behavioral skills, and contributes to the reduction of parental stress. It is also highlighted as an expanded clinical device capable of integrating care, territory, and family relationships. It is concluded that this intervention represents an effective, humanized strategy aligned with current mental health practices.

3 INTRODUÇÃO

O acompanhamento terapêutico domiciliar tem se mostrado uma importante estratégia de intervenção no campo da saúde mental, especialmente no cuidado de pessoas que apresentam condições relacionadas à neurodivergência, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Essas condições podem envolver desafios relacionados à comunicação, à interação social e à adaptação às rotinas do cotidiano (BARON-COHEN, 2010; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2022).

Nesse contexto, o ambiente familiar desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento e cuidado do indivíduo. Além das demandas relacionadas ao cuidado direto, as famílias frequentemente enfrentam dificuldades emocionais, dúvidas quanto às estratégias de manejo e desafios na organização da rotina familiar, o que pode impactar significativamente a qualidade de vida de todos os envolvidos (HASTINGS; BROWN, 2002; KARST; VAN HECKE, 2012).

A compreensão da neurodivergência como expressão da diversidade humana tem promovido mudanças significativas nas práticas em saúde mental, exigindo abordagens que ultrapassem modelos tradicionais centrados exclusivamente no diagnóstico e na intervenção clínica isolada. Dessa forma, condições como o TEA e o TDAH passam a ser compreendidas não apenas como categorias diagnósticas, mas como formas singulares de funcionamento, que demandam estratégias de cuidado mais integradas e contextualizadas (BARON-COHEN, 2010).

O desenvolvimento humano, conforme apontam diferentes correntes teóricas, não ocorre de forma isolada, mas a partir da interação constante entre o indivíduo e seu ambiente. Assim, intervenções que desconsideram o contexto familiar e social tendem a apresentar limitações em sua efetividade, especialmente no que se refere à generalização de habilidades e à adaptação funcional do indivíduo (VYGOTSKY, 1998; BRONFENBRENNER, 1996).

Nesse cenário, o acompanhamento terapêutico domiciliar emerge como uma prática relevante, ao possibilitar a inserção do cuidado no cotidiano do sujeito. Essa modalidade de intervenção permite não apenas a observação direta das demandas reais do indivíduo, mas também a construção de estratégias terapêuticas mais alinhadas à sua realidade (AZEVEDO; DIMENSTEIN, 2008).

Além disso, destaca-se o impacto da neurodivergência no contexto familiar, frequentemente marcado por sobrecarga emocional, estresse e dificuldades no manejo das demandas diárias. Diante disso, torna-se fundamental compreender como o acompanhamento terapêutico domiciliar pode contribuir simultaneamente para o desenvolvimento do indivíduo e para o suporte psicológico às famílias (SMITH; GREENBERG; MAILICK, 2014).

Dessa forma, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: **como o acompanhamento terapêutico domiciliar pode contribuir para o desenvolvimento de pessoas neurodivergentes e para o suporte psicológico às suas famílias?**

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Neurodivergência e desenvolvimento humano

4.2 A importância do ambiente familiar no processo de desenvolvimento

4.3 Acompanhamento terapêutico domiciliar como estratégia de intervenção

4.5 Suporte psicológico às famílias de pessoas neurodivergentes

4.1 Neurodivergência e desenvolvimento humano

O conceito de neurodivergência tem sido amplamente discutido nas últimas décadas no campo da psicologia, psiquiatria e neurociências. O termo refere-se à variação natural no funcionamento neurológico humano, incluindo condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outras. A perspectiva da neurodiversidade propõe compreender essas condições não apenas como déficits, mas também como formas diferentes de funcionamento cognitivo e comportamental (BARON-COHEN, 2010).

Segundo a American Psychiatric Association (2022), o Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se principalmente por dificuldades persistentes na comunicação social e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essas características podem impactar diferentes áreas da vida do indivíduo, incluindo o desenvolvimento social, acadêmico e emocional.

No caso do TDAH, os principais sintomas envolvem padrões persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, que podem interferir no funcionamento cotidiano e no desempenho em diferentes contextos sociais e educacionais (BARKLEY, 2015). Essas condições frequentemente exigem intervenções multidisciplinares que envolvam profissionais da saúde, educadores e familiares.

A compreensão do desenvolvimento humano em indivíduos neurodivergentes também pode ser fundamentada nas contribuições de Lev Vygotsky, que destaca o papel das interações sociais no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da mediação social, especialmente nas relações estabelecidas entre o indivíduo e o ambiente em que está inserido (VYGOTSKY, 1998).

Além disso, a teoria ecológica do desenvolvimento humano proposta por Urie Bronfenbrenner enfatiza que o desenvolvimento ocorre em múltiplos sistemas de interação, que incluem a família, a escola e a comunidade. Dessa forma, o ambiente familiar e social exerce influência significativa no desenvolvimento emocional e comportamental do indivíduo (BRONFENBRENNER, 1996).

Assim, compreender a neurodivergência a partir de uma perspectiva contextual e relacional permite ampliar as possibilidades de intervenção, considerando não apenas as características individuais, mas também os fatores ambientais que influenciam o desenvolvimento humano.

4.2 A importância do ambiente familiar no processo de desenvolvimento

A família constitui um dos principais contextos de desenvolvimento humano, sendo responsável por oferecer suporte emocional, segurança afetiva e orientação no processo de socialização. Desde os primeiros anos de vida, é no ambiente familiar que o indivíduo estabelece seus primeiros vínculos afetivos e desenvolve habilidades sociais essenciais para a convivência em sociedade.

De acordo com Minuchin (1982), a família pode ser compreendida como um sistema relacional no qual os comportamentos de cada membro influenciam diretamente o funcionamento do grupo. Nesse sentido, mudanças ou desafios enfrentados por um membro da família tendem a impactar todo o sistema familiar.

No caso de famílias que convivem com pessoas neurodivergentes, os desafios podem envolver adaptações na rotina, busca por tratamentos adequados e enfrentamento de demandas emocionais relacionadas ao cuidado contínuo. Estudos indicam que pais e cuidadores de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento frequentemente relatam níveis elevados de estresse, ansiedade e sobrecarga emocional (HASTINGS; BROWN, 2002).

Além disso, a literatura aponta que o suporte familiar desempenha papel fundamental no desenvolvimento e na qualidade de vida de pessoas com TEA e TDAH. A presença de um ambiente familiar acolhedor e estruturado pode favorecer o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e adaptativas (SMITH; GREENBERG; MAILICK,

2014).

Nesse contexto, torna-se essencial oferecer apoio não apenas ao indivíduo neurodivergente, mas também à família, considerando que o fortalecimento das relações familiares contribui para a construção de estratégias mais eficazes de cuidado e desenvolvimento.

4.3 Acompanhamento terapêutico domiciliar como estratégia de intervenção

O acompanhamento terapêutico domiciliar tem sido reconhecido como uma importante estratégia de intervenção no campo da saúde mental. Essa modalidade de atendimento consiste na atuação do profissional diretamente no ambiente cotidiano do indivíduo, possibilitando uma compreensão mais ampla das dinâmicas familiares e das demandas reais do contexto em que o sujeito está inserido.

Segundo Azevedo e Dimenstein (2008), o acompanhamento terapêutico surgiu inicialmente no contexto da reforma psiquiátrica como uma forma de promover cuidado em

liberdade e favorecer a reinserção social de pessoas em sofrimento psíquico. Com o passar do tempo, essa prática passou a ser utilizada também em diferentes contextos clínicos e educacionais.

Uma das principais vantagens do acompanhamento terapêutico domiciliar é a possibilidade de observar o indivíduo em situações reais do cotidiano, permitindo intervenções mais contextualizadas e alinhadas às necessidades específicas do paciente. Além disso, essa modalidade favorece a construção de estratégias práticas para lidar com desafios relacionados à rotina, comunicação e interação social.

No caso de pessoas neurodivergentes, o acompanhamento terapêutico pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais, organização de rotinas e promoção da autonomia. A presença do profissional no ambiente familiar também possibilita orientar os cuidadores sobre estratégias de manejo comportamental e comunicação eficaz (KLIN, 2006).

Dessa forma, o acompanhamento terapêutico domiciliar apresenta-se como uma abordagem que integra intervenção psicológica, orientação familiar e observação contextual, ampliando as possibilidades de cuidado em saúde mental.

O desenvolvimento do acompanhamento terapêutico no Brasil está diretamente relacionado ao movimento da Reforma Psiquiátrica, que propôs a substituição do modelo hospitalocêntrico por práticas de cuidado em liberdade e baseadas na comunidade. Esse movimento foi consolidado pela Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, priorizando o cuidado territorializado e a reinserção social (BRASIL, 2001).

Nesse contexto, o acompanhamento terapêutico passa a ser compreendido como um dispositivo clínico político que favorece a autonomia do sujeito e a construção de vínculos sociais, ao mesmo tempo em que possibilita intervenções no cotidiano do paciente. Para autores como Lancetti (2008), o acompanhamento terapêutico representa uma prática que rompe com a lógica tradicional de atendimento em consultório, ampliando o campo de atuação do psicólogo para além dos espaços institucionais.

Além disso, estudos apontam que o acompanhamento terapêutico tem se mostrado uma estratégia eficaz no trabalho com pessoas neurodivergentes, especialmente no que se refere à promoção da autonomia, à adaptação às rotinas e ao desenvolvimento de habilidades sociais. Intervenções realizadas no ambiente natural do indivíduo favorecem a generalização de comportamentos aprendidos e contribuem para uma maior funcionalidade no dia a dia (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

No caso específico de crianças com Transtorno do Espectro Autista, o acompanhamento terapêutico domiciliar pode auxiliar na mediação das interações sociais, na organização da rotina e no fortalecimento das relações familiares. A atuação conjunta com a família possibilita intervenções mais consistentes e alinhadas às necessidades da criança, promovendo um desenvolvimento mais integrado e contextualizado (BOSA, 2002).

Dessa forma, a ampliação do uso do acompanhamento terapêutico domiciliar no campo da neurodivergência reforça sua relevância como estratégia de intervenção que articula cuidado clínico, contexto social e participação familiar, consolidando-se como uma prática coerente com os princípios da saúde mental contemporânea.

4.4 Suporte psicológico às famílias de pessoas neurodivergentes

O diagnóstico de condições relacionadas à neurodivergência pode representar um momento de grande impacto emocional para as famílias. Muitas vezes, os pais e cuidadores enfrentam sentimento de insegurança, dúvidas sobre o futuro e dificuldades para compreender as necessidades específicas do indivíduo.

Nesse sentido, o suporte psicológico às famílias torna-se um componente essencial no processo de cuidado. De acordo com Rogers (1997), a abordagem centrada na pessoa destaca a importância de um ambiente terapêutico baseado na empatia, aceitação e compreensão, fatores que contribuem para o fortalecimento emocional dos indivíduos e de seus sistemas de apoio.

Estudos apontam que intervenções que incluem orientação familiar e suporte psicológico podem reduzir significativamente os níveis de estresse parental e melhorar a qualidade das interações familiares (KARST; VAN HECKE, 2012). Além disso, o fortalecimento das

competências parentais contribui para a criação de um ambiente mais estruturado e acolhedor para o desenvolvimento da pessoa neurodivergente.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de promover espaços de escuta e acolhimento para os familiares, permitindo que expressem suas dificuldades e construam estratégias de enfrentamento para lidar com os desafios cotidianos. Nesse sentido, o acompanhamento terapêutico domiciliar pode funcionar como um importante recurso de apoio, pois possibilita a orientação direta no contexto familiar.

Portanto, o suporte psicológico às famílias não apenas contribui para o bem-estar emocional dos cuidadores, mas também exerce impacto positivo no desenvolvimento e na qualidade de vida das pessoas neurodivergentes.

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, com base em materiais científicos já publicados, como artigos, livros e periódicos acadêmicos.

As buscas foram realizadas em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, PubMed, BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde — Psicologia) e PePSIC (Portal de

Periódicos Eletrônicos de Psicologia), utilizando descritores como "neurodivergência", "acompanhamento terapêutico domiciliar", "suporte familiar", "intervenção psicológica", "acompanhamento terapêutico", "AT domiciliar", "transtorno do espectro autista", "TDAH", "neurodiversidade", "família e neurodivergência", "therapeutic accompaniment", "home-based intervention", "autism spectrum disorder", "ADHD" e "family support".

Como critérios de inclusão, serão considerados estudos publicados nos últimos 15 anos, em língua portuguesa e inglesa, que abordem a temática proposta. Serão excluídos materiais que não apresentem relação direta com o tema ou que não possuam rigor científico.

A análise dos dados será realizada por meio de leitura crítica e interpretação dos conteúdos selecionados, buscando identificar as principais contribuições do acompanhamento terapêutico domiciliar para o desenvolvimento de pessoas neurodivergentes e o suporte às suas famílias.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Contribuições do acompanhamento terapêutico domiciliar para pessoas neurodivergentes

A análise da literatura evidencia que o acompanhamento terapêutico domiciliar se configura como uma estratégia de intervenção relevante no contexto da saúde mental, especialmente no cuidado de pessoas neurodivergentes. Ao considerar o indivíduo em seu ambiente natural, essa modalidade possibilita uma compreensão mais ampla das dinâmicas cotidianas, favorecendo intervenções mais contextualizadas e efetivas.

Estudos apontam que intervenções realizadas no ambiente domiciliar contribuem significativamente para o desenvolvimento de habilidades sociais, organização da rotina e promoção da autonomia. Isso ocorre porque o acompanhamento terapêutico permite que o profissional atue diretamente nas situações reais vivenciadas pelo indivíduo, favorecendo a generalização de comportamentos aprendidos e a adaptação funcional no cotidiano (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

No caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), observa-se que as dificuldades frequentemente estão relacionadas à interação social, à regulação comportamental e à adaptação às demandas ambientais. Nesse sentido, a atuação no contexto domiciliar permite intervenções mais precisas, alinhadas às necessidades específicas do indivíduo, respeitando suas singularidades (KLIN, 2006; BARKLEY, 2015).

Além disso, a literatura destaca que o acompanhamento terapêutico domiciliar não se limita ao atendimento do indivíduo, mas envolve também a orientação e o suporte à família. Esse aspecto é fundamental, considerando que o ambiente familiar exerce influência direta no

desenvolvimento e na qualidade de vida da pessoa neurodivergente (MINUCHIN, 1982; BRONFENBRENNER, 1996).

Os estudos de Hastings e Brown (2002) indicam que famílias de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento frequentemente apresentam níveis elevados de estresse e sobrecarga emocional. Nesse contexto, o suporte psicológico oferecido por meio do acompanhamento terapêutico pode contribuir para a redução desses níveis de estresse, promovendo maior equilíbrio emocional e melhor qualidade nas relações familiares.

Adicionalmente, pesquisas como as de Karst e Van Hecke (2012) demonstram que intervenções que incluem orientação familiar resultam em melhorias significativas na dinâmica familiar, favorecendo o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de manejo comportamental e comunicação. A atuação do profissional no ambiente domiciliar facilita esse processo, pois permite intervenções diretas e contextualizadas, aumentando a efetividade das estratégias propostas.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação entre teoria e prática no acompanhamento terapêutico. A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998) reforça a importância da mediação social no desenvolvimento, enquanto a teoria ecológica de Bronfenbrenner (1996) evidencia a influência dos múltiplos sistemas ambientais. Nesse sentido, o acompanhamento terapêutico domiciliar se alinha a essas abordagens, ao integrar o cuidado ao contexto real do indivíduo.

Além disso, o acompanhamento terapêutico, enquanto prática originada no contexto da Reforma Psiquiátrica, reforça a importância do cuidado em liberdade e da inserção social do sujeito (AZEVEDO; DIMENSTEIN, 2008; BRASIL, 2001). Essa perspectiva amplia o papel do psicólogo, que passa a atuar não apenas em ambientes clínicos tradicionais, mas também no cotidiano do paciente.

Dessa forma, os resultados da literatura analisada indicam que o acompanhamento terapêutico domiciliar contribui de maneira significativa tanto para o desenvolvimento de pessoas neurodivergentes quanto para o suporte psicológico às suas famílias. A integração entre

intervenção clínica, contexto social e participação familiar mostra-se essencial para a promoção de um cuidado mais humanizado, efetivo e alinhado às necessidades reais dos indivíduos.

6.2 Comparações entre estudos, divergências, tensões e limitações metodológicas da literatura

Embora a literatura analisada apresente consenso quanto à relevância do acompanhamento terapêutico domiciliar no desenvolvimento de pessoas neurodivergentes e no suporte às famílias, observam-se divergências importantes entre os estudos acerca da efetividade, dos limites e das formas de aplicação dessa modalidade de intervenção.

Parte significativa das pesquisas enfatiza os benefícios do acompanhamento terapêutico domiciliar na promoção da autonomia, no desenvolvimento de habilidades sociais e na adaptação funcional do indivíduo ao cotidiano. Estudos como os de Del Prette e Del Prette (2017) destacam que intervenções realizadas em ambientes naturais favorecem a generalização de comportamentos aprendidos e possibilitam maior funcionalidade nas relações sociais e familiares. Da mesma forma, Bosa (2002) aponta que o acompanhamento no contexto domiciliar contribui para a mediação das interações sociais e para o fortalecimento dos vínculos familiares.

Entretanto, outros autores ressaltam que os resultados dessas intervenções podem variar significativamente de acordo com fatores como estrutura familiar, adesão dos cuidadores, frequência dos atendimentos e articulação entre profissionais da rede de cuidado. Karst e Van Hecke (2012), por exemplo, demonstram que o impacto positivo do suporte terapêutico está diretamente relacionado ao envolvimento familiar e à continuidade das estratégias utilizadas no cotidiano. Dessa forma, famílias com maiores dificuldades emocionais, econômicas ou organizacionais podem apresentar menor adesão ao processo terapêutico, reduzindo a efetividade das intervenções.

Além disso, observa-se certa tensão teórica entre abordagens mais clínicas e modelos fundamentados na perspectiva da neurodiversidade. Enquanto parte da literatura prioriza intervenções voltadas para redução de sintomas e adaptação comportamental, outros estudos defendem práticas centradas na valorização das singularidades do sujeito neurodivergente, enfatizando inclusão, autonomia e respeito às diferenças neurológicas (BARON-COHEN, 2010). Essa divergência evidencia debates importantes acerca dos objetivos do acompanhamento terapêutico e da própria concepção de cuidado em saúde mental.

Outro ponto relevante refere-se às limitações metodológicas presentes na literatura analisada. Muitos estudos encontrados apresentam caráter predominantemente qualitativo, com amostras reduzidas e foco em relatos de experiência ou estudos de caso. Embora essas pesquisas contribuam significativamente para a compreensão clínica do fenômeno, elas apresentam limitações quanto à generalização dos resultados para diferentes contextos populacionais.

Também foram identificadas dificuldades relacionadas à padronização das intervenções em acompanhamento terapêutico domiciliar. Os estudos analisados utilizam metodologias variadas, diferentes frequências de atendimento e distintas formas de atuação profissional, o que dificulta comparações mais precisas entre os resultados obtidos. Além disso, observa-se escassez de pesquisas longitudinais que avaliem os impactos do acompanhamento terapêutico em médio e longo prazo.

Outro aspecto importante refere-se à produção científica ainda limitada sobre o acompanhamento terapêutico domiciliar especificamente voltado à população neurodivergente. Parte significativa da literatura aborda o acompanhamento terapêutico de forma ampla, relacionado ao campo da saúde mental geral, havendo menor quantidade de estudos direcionados às especificidades do TEA, TDAH e outras condições do neurodesenvolvimento.

Dessa forma, embora os estudos apontem contribuições relevantes do acompanhamento terapêutico domiciliar, a análise crítica da literatura evidencia a necessidade de maior aprofundamento metodológico, ampliação das pesquisas empíricas e desenvolvimento de estudos comparativos que possibilitem compreender com maior precisão os alcances, limites e desafios dessa prática no contexto da neurodivergência.

6.3 Limites e desafios do acompanhamento terapêutico domiciliar

Apesar das contribuições do acompanhamento terapêutico domiciliar para o desenvolvimento de pessoas neurodivergentes e para o suporte às famílias, a literatura também evidencia limites e desafios importantes relacionados à prática clínica no ambiente domiciliar. Esses aspectos demonstram que, embora a modalidade apresente potencial humanizador e contextualizado, sua execução envolve questões complexas que exigem preparo técnico, manejo ético e suporte institucional adequado.

Um dos desafios mais frequentemente discutidos refere-se à resistência familiar diante das intervenções propostas. Em alguns contextos, familiares podem apresentar dificuldades em aceitar orientações terapêuticas, especialmente quando possuem expectativas idealizadas sobre os resultados do tratamento ou dificuldades na compreensão da neurodivergência. Essa resistência pode comprometer a continuidade do acompanhamento e dificultar a implementação de estratégias terapêuticas no cotidiano.

Outro aspecto relevante diz respeito à invasão de privacidade. A inserção do profissional no ambiente doméstico rompe parcialmente os limites tradicionais do setting clínico, expondo tanto a família quanto o terapeuta a situações íntimas e dinâmicas particulares da convivência familiar. Essa proximidade pode gerar desconforto, dificuldade na delimitação de papéis e desafios relacionados às fronteiras da atuação profissional, exigindo constante cuidado ético e técnico durante o acompanhamento.

Além disso, a literatura aponta o risco de dependência terapêutica como uma limitação importante do acompanhamento domiciliar. Em determinados casos, o paciente ou seus familiares podem associar o funcionamento cotidiano exclusivamente à presença do acompanhante terapêutico, reduzindo a autonomia progressiva do indivíduo e dificultando a independência familiar no manejo das demandas diárias. Dessa forma, torna-se essencial que a intervenção seja conduzida a partir de objetivos claros e estratégias voltadas ao fortalecimento gradual da autonomia do sujeito. A dependência terapêutica no contexto do acompanhamento terapêutico domiciliar refere-se à possibilidade de o paciente ou a família passarem a associar o funcionamento cotidiano exclusivamente à presença do acompanhante terapêutico. Em alguns casos, a relação construída no ambiente domiciliar pode gerar vínculos intensos, considerando que o profissional participa diretamente das rotinas familiares, acompanha situações de vulnerabilidade emocional e ocupa um espaço de grande proximidade no cotidiano do indivíduo. No caso de pessoas neurodivergentes, especialmente crianças e adolescentes com TEA ou TDAH, essa dependência pode manifestar-se por meio da dificuldade em realizar atividades sem a mediação do terapeuta, resistência à autonomia gradual ou insegurança diante da ausência do profissional. A família também pode desenvolver expectativas excessivas em relação ao acompanhamento terapêutico, delegando ao profissional funções que deveriam ser compartilhadas entre cuidadores, escola e demais membros da rede de apoio. Além disso, a frequência dos atendimentos domiciliares e o vínculo afetivo estabelecido podem favorecer processos de apego terapêutico intenso, principalmente em contextos de fragilidade emocional

familiar. Quando não há delimitação clara dos objetivos clínicos e das fronteiras profissionais, existe o risco de o terapeuta tornar-se uma figura centralizadora na organização da rotina familiar, dificultando o fortalecimento da autonomia do paciente e das competências parentais.

A sobrecarga profissional também constitui um desafio significativo nessa modalidade de atuação. O acompanhamento terapêutico domiciliar frequentemente exige deslocamentos constantes, disponibilidade ampliada de horários, envolvimento emocional intenso e adaptação contínua às diferentes realidades familiares. Essas condições podem favorecer desgaste psicológico, fadiga emocional e exaustão profissional, especialmente diante da ausência de supervisão adequada e apoio institucional (AZEVEDO; DIMENSTEIN, 2008).

Outro fator limitante refere-se ao custo operacional do acompanhamento terapêutico domiciliar. Por envolver atendimentos individualizados, deslocamentos frequentes e maior disponibilidade de tempo por parte do profissional, essa modalidade tende a apresentar custos mais elevados quando comparada a atendimentos realizados em clínicas ou instituições. Consequentemente, muitas famílias encontram dificuldades financeiras para manter o acompanhamento a longo prazo, o que pode restringir o acesso ao cuidado especializado.

Adicionalmente, observa-se que a ausência de articulação entre família, escola, profissionais da saúde e rede de apoio pode comprometer a continuidade das intervenções e reduzir a efetividade das estratégias propostas. A falta de comunicação entre os diferentes contextos de cuidado frequentemente dificulta a construção de objetivos terapêuticos integrados e coerentes com as necessidades do indivíduo neurodivergente.

Dessa forma, embora o acompanhamento terapêutico domiciliar apresente importantes contribuições para o cuidado em saúde mental, a compreensão de seus limites e desafios torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas mais sustentáveis, éticas e alinhadas às necessidades reais das pessoas neurodivergentes e de suas famílias.

6.4 Aspectos éticos do acompanhamento terapêutico domiciliar

A atuação no acompanhamento terapêutico domiciliar envolve importantes questões éticas relacionadas à prática profissional do psicólogo, especialmente devido à inserção do cuidado no ambiente privado e cotidiano do indivíduo e de sua família. Diferentemente do setting clínico tradicional, o contexto domiciliar exige constante reflexão sobre limites profissionais, sigilo, manejo das relações interpessoais e delimitação das fronteiras terapêuticas.

Um dos principais aspectos éticos refere-se ao sigilo profissional. No ambiente domiciliar, o terapeuta frequentemente tem acesso a informações íntimas sobre a dinâmica familiar, relações interpessoais, condições socioeconômicas e aspectos emocionais dos membros da família. Dessa forma, torna-se essencial que o profissional preserve a confidencialidade das informações obtidas durante o acompanhamento, respeitando os princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo.

A atuação no domicílio pode tornar mais complexa a delimitação das fronteiras clínicas. A convivência frequente com a família, a proximidade afetiva e a inserção nas rotinas cotidianas podem favorecer relações excessivamente informais ou confusão de papéis entre terapeuta, paciente e familiares. Nesse contexto, o profissional precisa manter postura ética e técnica que preserve os objetivos terapêuticos e evite envolvimentos que comprometam a qualidade da intervenção.

Outro aspecto importante refere-se à relação terapeuta-família. O acompanhamento terapêutico domiciliar frequentemente exige interação constante com pais, cuidadores e outros membros familiares, o que demanda equilíbrio entre acolhimento, escuta e posicionamento profissional. Em alguns casos, podem surgir conflitos familiares, expectativas excessivas sobre o terapeuta ou tentativas de atribuir ao profissional responsabilidades que extrapolam sua função clínica.

A literatura também aponta que a atuação em contextos domiciliares exige atenção quanto à autonomia do indivíduo neurodivergente. Embora o envolvimento familiar seja fundamental no processo terapêutico, torna-se necessário garantir que o sujeito acompanhado

seja reconhecido como participante ativo da intervenção, respeitando suas singularidades, limites e formas de expressão.

Além disso, questões relacionadas à invasão de privacidade merecem destaque. A entrada do profissional no ambiente doméstico implica acesso a aspectos íntimos da vida familiar, o que exige sensibilidade ética para evitar julgamentos, exposições desnecessárias ou interferências inadequadas na dinâmica da família. O terapeuta deve atuar de forma respeitosa e consciente dos limites de sua intervenção no contexto familiar. O Código de Ética

Profissional do Psicólogo ressalta a importância do sigilo, da responsabilidade técnica e do respeito aos limites da atuação profissional, aspectos fundamentais no acompanhamento terapêutico domiciliar (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA,

2005).

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de supervisão profissional e formação continuada. Considerando a complexidade ética presente no acompanhamento terapêutico domiciliar, torna-se fundamental que o profissional disponha de espaços de supervisão clínica que possibilitem reflexão sobre manejo técnico, limites da atuação e dificuldades encontradas no cotidiano da prática.

Dessa forma, os aspectos éticos do acompanhamento terapêutico domiciliar demonstram que essa modalidade de intervenção exige não apenas conhecimento técnico, mas também postura ética, capacidade reflexiva e clareza quanto aos limites da atuação profissional. A construção de práticas éticas e responsáveis torna-se essencial para garantir um cuidado humanizado, respeitoso e comprometido com o bem-estar das pessoas neurodivergentes e de suas famílias.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições do acompanhamento terapêutico domiciliar para o desenvolvimento de pessoas neurodivergentes, bem como para o

suporte psicológico às suas famílias. A partir da revisão da literatura, foi possível compreender que essa modalidade de intervenção se configura como uma estratégia relevante e alinhada às demandas contemporâneas da saúde mental.

Os resultados evidenciam que o acompanhamento terapêutico domiciliar favorece intervenções mais contextualizadas, uma vez que ocorre no ambiente cotidiano do indivíduo. Essa característica possibilita a observação direta das dinâmicas familiares, das rotinas e das interações sociais, contribuindo para a construção de estratégias mais eficazes no desenvolvimento de habilidades sociais, na organização da rotina e na promoção da autonomia de pessoas neurodivergentes.

Além disso, verificou-se que o impacto da neurodivergência não se restringe ao indivíduo, mas se estende ao sistema familiar, frequentemente marcado por sobrecarga emocional, estresse e desafios no manejo das demandas diárias. Nesse sentido, o acompanhamento terapêutico domiciliar também se destaca por oferecer suporte psicológico às famílias, promovendo orientação, acolhimento e fortalecimento das competências parentais.

Outro aspecto relevante refere-se à consonância dessa prática com abordagens teóricas que compreendem o desenvolvimento humano de forma contextual e relacional, como as contribuições de Vygotsky e Bronfenbrenner. A atuação no ambiente domiciliar reforça a importância da mediação social e da influência dos sistemas ambientais no processo de desenvolvimento, ampliando as possibilidades de intervenção psicológica.

Entretanto, a análise crítica da literatura também permitiu identificar limites, desafios e tensões relacionados ao acompanhamento terapêutico domiciliar. Aspectos como resistência familiar, dificuldades na delimitação das fronteiras terapêuticas, risco de dependência emocional do acompanhamento, sobrecarga profissional e custos operacionais demonstram que essa prática exige planejamento técnico, supervisão constante e atuação ética rigorosa. Além disso, observou-se que os estudos apresentam divergências quanto à efetividade das intervenções, especialmente em função de fatores como adesão familiar, contexto socioeconômico e articulação entre os serviços da rede de cuidado.

Também foram identificadas limitações metodológicas importantes na literatura analisada, incluindo predominância de estudos qualitativos, amostras reduzidas, escassez de

pesquisas longitudinais e ausência de padronização das intervenções. Tais aspectos dificultam comparações mais amplas e generalizações sobre os impactos do acompanhamento terapêutico domiciliar em diferentes contextos clínicos e sociais.

No que se refere aos aspectos éticos, destaca-se a necessidade de atenção permanente ao sigilo profissional, às fronteiras clínicas e à relação estabelecida entre terapeuta, paciente e família. A atuação no espaço domiciliar exige equilíbrio entre proximidade terapêutica e manutenção da postura profissional, em consonância com os princípios do Código de Ética Profissional do Psicólogo, especialmente no que se refere ao respeito à dignidade, à privacidade e aos direitos dos sujeitos atendidos.

Dessa forma, conclui-se que o acompanhamento terapêutico domiciliar se apresenta como uma prática que integra cuidado clínico, contexto social e participação familiar, promovendo um atendimento mais humanizado, efetivo e coerente com as necessidades reais das pessoas neurodivergentes. Contudo, sua efetividade depende da construção de intervenções éticas, contextualizadas e sustentadas por suporte técnico-científico adequado.

Por fim, destaca-se a importância de novos estudos que aprofundem a investigação sobre essa modalidade de intervenção, especialmente por meio de pesquisas de campo, estudos comparativos e investigações longitudinais, a fim de ampliar a produção científica e contribuir para o aprimoramento das práticas em saúde mental.

8 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

AZEVEDO, D.; DIMENSTEIN, M. O acompanhamento terapêutico como dispositivo clínico-político. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 509-516, 2008.

BARKLEY, R. A. *Attention-deficit hyperactivity disorder: a handbook for diagnosis and treatment*. 4. ed. New York: Guilford Press, 2015.

BARON-COHEN, S. *Autism and Asperger Syndrome*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 47-53, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

LANCETTI, A. Clínica peripatética. São Paulo: Hucitec, 2008.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. *Habilidades sociais e educação: pesquisa e atuação em psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HASTINGS, R. P.; BROWN, T. Behavior problems of children with autism, parental self-efficacy and mental health. *American Journal on Mental Retardation*, v. 107, n. 3, p. 222-232, 2002.

KARST, J. S.; VAN HECKE, A. V. Parent and family impact of autism spectrum disorders: a review and proposed model. *Clinical Child and Family Psychology Review*, v. 15, n. 3, p.

247-277, 2012.

KLIN, A. Autism and Asperger syndrome: an overview. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. S3-S11, 2006.

MINUCHIN, S. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

ROGERS, C. R. *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SMITH, L. E.; GREENBERG, J. S.; MAILICK, M. R. The family context of autism spectrum disorders: influence on the behavioral phenotype and quality of life. *American Psychologist*, v. 69, n. 8, p. 857-869, 2014.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2005.